

**COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO**

CONSTITUÍDA COM A FINALIDADE DE APURAR EVENTUAIS IRREGULARIDADES NA DISTRIBUIÇÃO, COMERCIALIZAÇÃO E NA QUALIDADE DOS COMBUSTÍVEIS NO ESTADO

Comunicou aos Senhores Deputados abaixo relacionados, membros efetivos e substitutos desta Comissão Parlamentar de Inquérito, a realização de diligências no dia 13/12/2001, às 13 horas, a partir da sala 4127, do Palácio Nove de Julho.

- Membros efetivos - Membros substitutos
- PSDB
- Deputado Ary Fossen
- Deputado Edmur Mesquita
- Deputado Vaz de Lima
- Deputada Célia Leão
- PT
- Deputado José Zico Prado
- Deputado Donisete Braga
- PPB
- Deputado Aldo Demarchi
- Deputado Edson Gomes
- PL
- Deputado Eduardo Soltur
- Deputado Arthur Alves Pinto
- PFL
- Deputada Terezinha da Paulina
- PTB
- Deputado Pedro Yves
- Deputado Paschoal Thomeu
- PDT
- Deputado Geraldo Vinholi
- PPS
- Deputado Arnaldo Jardim
- Deputado Vitor Sapienza
- Sala das Comissões, em 10 de dezembro de 2001.
- Deputado EDMIR CHEDID - Presidente

**COMISSÃO DE AGRICULTURA E PECUÁRIA**

Comunicou, nos termos regimentais, os Senhores Deputados abaixo relacionados, membros efetivos e substitutos da Comissão de Agricultura e Pecuária, a realização de uma Reunião Extraordinária no próximo dia 13 de dezembro, quinta-feira, às 14:30 horas, no Auditório "Teotônio Vilela", contando com a presença do Excelentíssimo Senhor Dr. Edson Luiz Vismona, Secretário da Justiça e da Defesa da Cidadania do Estado de São Paulo, e da Dra. Tânia Andrade, Ilustríssima Diretora da Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo " José Gomes da Silva".

- Membros Efetivos
- Membros Substitutos
- PSDB
- Deputado Duarte Nogueira
- Deputado Edson Aparecido
- PT
- Deputado José Zico Prado
- Deputado Henrique Pacheco
- PPB
- Deputado Reynaldo de Barros Filho
- PTB
- Deputado Carlos Braga
- Deputado Claury Alves Silva
- PSB
- Deputado Valdomiro Lopes
- Deputado Pedro Mori
- PFL
- Deputado Rodrigo Garcia
- Deputado Edmir Chedid
- PDT
- Deputado Geraldo Vinholi
- Sala da Comissão, 11/12/2001
- Deputado EDSON GOMES - Presidente

**COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA**

Comunicou aos Senhores Deputados abaixo relacionados, membros efetivos e substitutos da Comissão de Segurança Pública, a realização de reunião extraordinária deste órgão técnico, convocada nos termos do artigo 18, inciso III, alínea d, da X Consolidação do Regimento Interno, no próximo dia 13 de dezembro, quinta-feira, às 14:30 horas, no Plenário Tiradentes, para apreciar a Moção 40/2001, de autoria do Deputado Luis Carlos Gondim, ocasião que encontrar-se-á presente o Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Negócios da Segurança Pública, Dr. Marco Vinício Petrelluzi.

- MEMBROS - EFETIVOS - MEMBROS SUBSTITUTOS
- PSDB
- WILSON MORAIS
- CARLOS SAMPAIO
- PT
- VANDERLEI SIRACUECARLINHOS DE ALMEIDA
- PPB
- CONTE LOPES
- ALDO DEMARCHI
- PFL
- AFANASIO JAZADJI
- PTB
- EDSON FERRARINI
- CELSON TANAUI
- PL
- EDIR SALES
- MÁRCIO ARAÚJO
- PMDB
- JORGE CARUSO
- Sala das Comissões, em 12/12/2001
- DEPUTADA ROSMÁRY CORRÊA
- Presidente da Comissão de Segurança Pública

**TERMO DE COMPARECIMENTO**

**COMISSÃO DE ASSUNTOS INTERNACIONAIS**

TERMO DE COMPARECIMENTO  
Aos doze dias do mês de dezembro de dois mil e um, deixou de realizar-se no Plenário José Bonifácio da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, a Primeira Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Internacionais da Terceira Sessão Legislativa da Décima Quarta Legislatura, por falta de número regimental. As quinze horas e quarenta e seis minutos, transcorrido o tempo regimental, o Senhor Deputado Milton Flávio, Presidente da Comissão, determinou que fosse registrada a presença dos Senhores Deputados Vanderlei Macris e Arnaldo Jardim. O presente termo foi lavrado por mim, Leda Roxana Valverde, Secretária da Comissão, que assino após o Senhor Presidente.

- Sala da Comissão, em 12 de dezembro de 2001.
- Deputado MILTON FLÁVIO - Presidente da Comissão de Assuntos Internacionais
- LEDA ROXANA VALVERDE - Agente Técnico Legislativo

**ATAS**

**COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS**

ATA DA SEXTA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA QUARTA LEGISLATURA

Aos oito dias do mês de novembro do ano dois mil e um, às quatorze horas e trinta minutos, no Plenário Tiradentes da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, realizou-se a Quarta Reunião Ordinária da Comissão Direitos Humanos, da Terceira Sessão Legislativa da Décima Quarta Legislatura, presidida pelo Senhor Deputado Renato Simões. Presentes os Senhores Deputados Dimas Ramalho, Wilson Morais, Maria Lúcia Prandi, substituta, Salvador

Khuriyeh, substituto. Ausentes os Senhores Deputados Pedro Mori, Emídio de Souza, Edna Macedo, Edson Ferrarini, Milton Vieira e Edmur Mesquita. Havendo número regimental, o Senhor Presidente solicitou a leitura da ata da reunião anterior, que por solicitação do Deputado Salvador Khuriyeh foi suspensa e dada por aprovada. O Senhor Presidente deu início à reunião que tinha como objetivo a definição do Prêmio Santo Dias de Direitos Humanos de 2001. O Senhor Presidente iniciou os trabalhos, informando aos presentes a realização da III Conferência Estadual de Direitos Humanos nesta Casa, dia 7 de dezembro próximo, a partir das 9 horas, promovida pela ALESP, Governo do Estado e pelo Conselho Estadual de Defesa da Pessoa Humana, e à noite, após os trabalhos da manhã e tarde, em sessão solene será entregue o Prêmio Santo Dias de Direitos Humanos de 2001. A seguir informou os premiados anteriores: em 1997, Dom Paulo Evaristo Arns; em 1998, Pastoral Carcerária da Arquidiocese de São Paulo; em 1999, Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua e Dr. Hélio Bicudo; e em 2000, Irmã Dolores e Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos. O Senhor Presidente leu a seguir a lista dos indicados de 2001: 1 - Projeto "Promotoras Legais Populares": "Este projeto, coordenado pela União de Mulheres, e que é desenvolvido há 8 anos na cidade de São Paulo e outras como São José dos Campos, Taubaté, Suzano e Campinas, capacita as lideranças para uma atuação cotidiana em defesa dos direitos humanos e cidadania. Atualmente existem 700 Promotoras Legais Populares formadas, que atendem e orientam mulheres em situação de violência, defendendo os direitos das crianças e adolescentes, das comunidades nas áreas da saúde, educação, habitação e meio ambiente,... defendem a criação de um Juizado Especial Criminal de atendimento aos casos de violência de gênero." Indicações de:Terezinha de Oliveira Gonzaga - Presidente da União de Mulheres, Shuma Schumacher - Coordenadora da REDEH - Rede de Desenvolvimento Humano, Madalena Guilhon - Coordenadora do CEMINA - Centro de Projetos da Mulher, Fernanda Pompeu - Editora da revista do UNIFEM, "Maria, Maria", Vilma Barban - Reconstrução - Educação Assessoria e Pesquisa - Instituto Polis, Maria Lúcia da Silva - Coordenadora do Instituto AMMA Psique e Negritude, Oduvaldo Donnini - Jornalista do "Grupo 1 de Jornais", Patrícia Ulson Pizarro Werner - Presidente do IBAP - Instituto Brasileiro de Advocacia Pública, Mônica de Melo - Procuradora do ESP, Coordenadora da Oficina dos Direitos da Mulher , Gabinete do Vereador Mauro Kano/PT, Eliane Schütt - CRAVI - Centro de Referência e Apoio à Vítima de Violência, Shirley Cristina Benette - CRAVI - Centro de Referência e Apoio à Vítima de Violência, Walfrido Simões da Silva - Conselho Popular de Saúde da UBS de Campo Limpo, Dermi Azevedo - Presidente do Conselho Deliberativo do PROVITA/SP - Programa Estadual de Proteção a Testemunhas, Grupo Tortura Nunca Mais - São Paulo, Virginia Feix - Coordenadora Executiva - Themis Assessoria Jurídica e Estudos de Gênero, Ornela Maria Leixo - Pastoral da Mulher - Região Episcopal Brasília, Edson Luiz Vismona - Secretário da Justiça e da Defesa da Cidadania, José Gaspar Ferraz de Campos - Diretor Executivo do FUNDACENTRO do Ministério do Trabalho e Emprego, Indicação de 40 Vereadores da Câmara Municipal de São Paulo, Ary Casagrande - Presidente do Conselho Executivo da Associação Juizes para a Democracia, Movimento de Conscientização e Defesa da Cidadania, Ivete Garcia - Presidenta da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Municipal de Sto.André, abaixo-assinado com 15 assinaturas, a baixo-assinado com 9 assinaturas, abaixo-assinado com 85 assinaturas, e mais 18 outras indicações por e-mail, 2 - Revista "Sem Fronteiras": "A revista completa 30 anos de militância a serviço da vida e dos direitos humanos". "Em outubro último trouxe a público a notícia do massacre de crianças no Maranhão e a indiferença do governo daquele Estado em investigar, punir e resolver". "Para alimentar e manter viva a reação popular, a revista com outras entidades, promoveu a Campanha SOS Crianças do Maranhão". "Tem constantemente defendido os direitos dos negros e indígenas do Brasil... a realidade dos povos da América Latina e do Caribe,... do continente africano,... países da Ásia, inclusive Timor Leste..." Indicações de: Dom Franco Masserdotti - Bispo de Balsas/MA e Presidente do CIMI - Conselho Indigenista Missionário, Luiza Erundina de Souza - Deputada Federal PSB/SP e Gabinete, Livia Azevedo - Grupo Solidário São Domingos, Maria Cecília Gacez Leme - Associação de Apoio às Meninas e Meninos da Região Sé, Ubaldo Steri - Diretor da Cáritas Arquidiocesana de São Paulo, Maria Luisa Mendonça - Diretora da Rede social de Justiça e Direitos Humanos, Pedro Casaldáliga - Bispo de São Félix do Araguaia/MT, Monselhor Thomaz Raffainer - Paroco e Vigário Geral da Diocese de Campo Limpo, Dom Emilio Pignoli - Bispo Diocesano de Campo Limpo, Rogério Ferraz Donnini - Professor da Faculdade de Direito da PUC/SP, Frei Giorgio Callegari - Presidente do CEPE-Centro Ecumênico de Publicações e Estudos "Frei Tito de Alencar Lima", Nilton Luiz Ferreira - Presidente da Associação dos Servidores da Câmara Municipal de SP; 3 - OBRA SOCIAL DOM BOSCO - Padre Rosalvino Morán Viñayo : "Fundada em 1981 pelos salesianos, desenvolve vários projetos: Maes Crecheiras, Casas de Acolhimento, Espaços Gente Jovem, Centro de Formação e Cultura, Centro Profissionalizante, Liberdade Assistida e Terceira Idade; projetos alternativos como: Alfabetização de Adultos, Farmácia Comunitária, Atendimento Médico e Odontológico e Bolsão de Empregos. No ano de 2.000 atendeu 23.000 pessoas. No ano de 2001...foi reconhecida como uma das 50 melhores entidades filantropicas do país com o "Prêmio Bem Eficiente 2001". "Em 1980 Padre Rosalvino assumiu o cargo de diretor do Instituto Dom Bosco no Bom Retiro/SP. No ano seguinte chegou a Itaquera onde fundou a Obra Social Dom Bosco, a qual administra até hoje...Atuou em diversos projetos que se referem às crianças e adolescentes: Pastoral do Menor de São Paulo, Conselhos de Defesa da Criança e do Adolescente (municipal, estadual e tutelares), da elaboração e redação do Projeto de Lei do Estatuto da Criança e do Adolescente...É fundador e membro do Conselho Deliberativo do Fórum para o Desenvolvimento da Zona Leste." Indicações de: Ana Maria Altenfelder Silva Mesquita de Souza Meirelles - Presidente do Conselho Diretor do Fórum para o Desenvolvimento da Zona Leste, José Roberto Alves da Silva - Coordenador da Comunidade de Olho na Escola Pública; 4 - Dr. Alberto Anderson Filho: "MM Juiz de Direito da Vara de Infância e Juventude da Comarca de Campinas/SP, que determinou desde o início de 2001 a retirada das crianças das ruas da cidade de Campinas...embora inviabilizada por questões estruturais, tais como a falta de viaturas, combustível e até mesmo ausência de acomodações e/ou estrutura de atendimento e acompanhamento pelo órgãos competentes." Indicações de: Anderson Delbue Gianetti - Fundador do Núcleo de Direitos Humanos "Papa João Paulo II", Elézer Rizzo de Oliveira - Núcleo de Estudos Estratégicos/UNICAMP; 5 - Os Promotores da Infância e Juventude do Ministério Público de São Paulo: Ebenezer Salgado Soares (5º Promotor da Infância e da Juventude da Capital); Wilson Ricardo Coelho Tafner (PJ Depto. de Execuções da Infância e da Juventude); Sueli de Fatima Buzo Riviera (4º Promotor de Justiça da Infância e da Juventude); "... Profissionais que trabalham em defesa dos direitos das crianças e adolescentes em nosso estado... citados como exemplos de coragem e determinação na abertura do "Relatório da IV Caravana Nacional de Direitos Humanos - Uma amostra da situação dos adolescentes privados de liberdades nas Febens e congêneres" (Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal). Indicações de: Alexandre Schneider - Gerente de Políticas Públicas da Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança e do Adolescente, Livia Maria Nogueira - Assistente da Gerência de Políticas Públicas da Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança e do Adolescente; 6 - Deputado Renato Simões: "Sempre esteve presente nos fatos de Direitos Humanos que ocorreram no Brasil, no Estado de São Paulo, e também em nível internacional." Indicação de: Salatiel Gonzaga Amorim - estudante de Direito; 7 - SOS/Ação Mulher e Família: "Fundado em 1980, com um importante trabalho social para vítimas de

violência doméstica, ... desenvolvendo atividades, programas e projetos na área de Cidadania e Direitos Humanos, oferecendo serviços emergenciais e preventivos, assessorias e treinamento na área de Gênero e Violência Familiar e Sexual, especialmente contra as mulheres e suas famílias." Indicação de: Roberto Teixeira Mendes - Pró-Reitor de Extensão e Assuntos Comunitários - UNICAMP; 8 - Pastoral da Criança da Igreja Católica: "...Em nome das inúmeras crianças de nosso Município (Rio Branco), as quais são atendidas pela Pastoral... " Indicação de: Marco Aurélio de Souza Teixeira - Presidente da Câmara Municipal de Ribeirão Branco/SP; 9 - Moradia Associação Civil: "Desde 1996... atua no centro de São Paulo na Casa Taiguara...acolhe ou proporciona alojamento a famílias, crianças e adolescentes, em situação de rua: constrói habitações populares e mantém suas casas de acolhimento; encaminha e patrocina dependentes químicos atendidos pelas casas de acolhimento para centros de desintoxicação e recuperação; promove reinserção de crianças e adolescentes com suas famílias." Indicação de: Teodoro Malta Campos - Tesoureiro da Moradia Associação Civil; 10 - NAI - Núcleo de Atendimento Integrado - Padre Agnaldo Soares Lima: "... uma luta de vários anos, de um compromisso de várias entidades em fazer cumprir o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) e, especialmente, dos Salesianos de São Carlos, na pessoa do Pe. Agnaldo Soares de Lima..." "...um caminho factível para que o menor infrator tenha uma perspectiva de recuperação e não seja lançado a verdadeiras "escolas do crime e da barbárie..." : "Pde. Agnaldo - "...Imbatível na sua luta pelos adolescentes infratores e pela aplicação das medidas sócio-educativas...fez convênio com o Ministério da Justiça,...trabalhou pela implantação das medidas de Liberdade Assistida de Prestação de Serviço à Comunidade,...lutou junto à FEBEM para que fosse instalada em São Carlos uma unidade conveniada de semiliberdade e o Projeto do Núcleo de Atendimento Integrado - NAI - (ECA-Art. 88, V), projeto pioneiro no Estado de São Paulo..." , Indicações de: Silvana Donatti - Vereadora de São Carlos/SP, Moção de Congratulação de vários vereadores de São Carlos/SP; 11 - Educandário Santo Antonio de Bebedouro/SP: "...luta em prol dos direitos da criança e do adolescente e de seus familiares para uma vida mais digna e mais humana." " Trabalha nos dois períodos com 550 crianças e adolescentes no ensino fundamental e médio e em ações sócio-educativas complementares a escola." Indicação de: Maria Alice Alves Coelho - Presidente do CMDCA-Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Bebedouro/SP; 12 - Hélio Silva Junior e Maria Aparecida Silva Bento: Hélio Silva Junior - Coordenador executivo do programa Direitos e Relações Raciais do CEERT - Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades, Professor convidado da Faculdade de Direito das Américas, Consultor UNESCO..., e Maria Aparecida Silva Bento - Diretora do CEERT - Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades... : "Ambos são pioneiros na luta pelos Direitos Humanos ..." Indicação de: Ivair Augusto Alves dos Santos - Assessor Especial SEDH/MJ; 13 - Maria da Conceição Costa (Irmã Edith) - Presidente do Proeaja - Projeto de Educação para Adultos e Jovens de Araraquara. "Nossa meta principal é a educação de adultos e jovens: alfabetização, ensino fundamental e cursinho popular...atividades voltadas para a cidadania e valorização da pessoa humana e dignidade..." " As elogiáveis atividades desenvolvidas pela Irmã Edith na direção do Proeaja, são voltadas à Educação, assegurando cumprimento do princípio constitucional que assegura ser a Educação direito de todos e dever do Estado." Indicação de: Deputado Dimas Ramalho; 14 - Edna Roland: "... doutoranda do Programa de Psicologia Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, onde desenvolve o projeto Os Nomes da Cor: Classificação Racial no Brasil Contemporâneo. "... fundadora e presidente da FALA PRETA! Organização de Mulheres Negras...e do Projeto Quilombos..." "...em Durban foi eleita Relatora-Geral da III Conferencia Mundial contra o Racismo, discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata..." Indicações de: Sílvia Maia, Hédon Silva Jr., e Maria Aparecida Bento do Departamento dos Direitos Humanos da Secretaria Nacional dos Direitos Humanos do Ministério da Justiça; e 15 - Comissão Organizadora do Fórum Social Global (World Social Forum). Indicação de: Mario S. Mende Jr. . O Senhor Presidente esclareceu que sua indicação não estava em votação, em função do cargo que ocupa nesta comissão, e abriu a palavra aos Deputados presentes. Pela ordem o Deputado Salvador Khuriyeh falou sobre a importância do prêmio e votou no Projeto "Promotoras Legais Populares" e na Revista "Sem Fronteiras", para receberem o prêmio e que todos os demais recebessem diploma de reconhecimento pela importância do trabalho que desenvolvem. Os Deputados Wilson de Moraes, Maria Lúcia Prandi e Dimas Ramalho acompanharam o voto do Deputado Salvador Khuriyeh, e todos enalteceram o trabalho desenvolvido pelo Senhor Presidente na luta pelos direitos humanos. A Deputada Maria Lúcia Prandi enalteceu especialmente o trabalho dos Promotores da Infância e Juventude do Ministério Público de São Paulo, e o Deputado Dimas Ramalho enalteceu especialmente o trabalho desenvolvido pela Irmã Edith de Araraquara. O Senhor Presidente agradeceu os cumprimentos de seus pares e também acompanhou o voto do Deputado Salvador Khuriyeh, declarou então eleitos por unanimidade a União de Mulheres pelo Projeto "Promotoras Legais Populares" e a Revista "Sem Fronteiras" para receberem o Prêmio Santo Dias de Direitos Humanos de 2001, e um diploma de merecimento a cada um dos demais indicados. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente suspendeu a reunião por quinze minutos para a lavratura da presente Ata. Reabertos os trabalhos com o mesmo quorum, a Ata foi lida e aprovada. O Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou os trabalhos, que foram gravados pelo Serviço de Audiofonia e após transcrição taigráfica parte desta Ata lavrada por mim, Edaneé Mary Chiarelli, que secretariei a reunião, última desta sessão legislativa, e assino após Sua Excelência.

- Plenário Tiradentes, em 08/11/2001.
- DEPUTADO RENATO SIMÕES - Presidente
- Edaneé Mary Chiarelli - Secretária

**Comissão de Redação**

ATA DA VIGÉSIMA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO, DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA QUARTA LEGISLATURA.

Aos quatro dias do mês de dezembro de dois mil e um, às quatorze horas e trinta minutos, no Plenário Tiradentes da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, realizou-se a Vigésima Primeira Reunião Ordinária da Comissão de Redação, da Terceira Sessão Legislativa, da Décima Quarta Legislatura, presidida pelo Senhor Deputado Roque Barbieri. Havendo número regimental, o Senhor Presidente deu início aos trabalhos. Presentes os Senhores Deputados Aldo Demarchi, Arthur Alves Pinto e Roberto Gouveia. Ausentes, por motivos justificados, os Senhores Deputados Sidney Beraldo, Célia Leão e Rafael Silva. Dispensada da leitura, a ata da reunião anterior foi aprovada. Passou-se, a seguir, à apreciação dos itens constantes da ordem do dia. Item 1 - PR 20/2001, de autoria da Mesa, que cria o Instituto do Legislativo Paulista. Aprovado o parecer do relator, Deputado Roberto Gouveia, dando redação final à propositura. Item 2 - PL 682/99, de autoria do Deputado Edson Gomes, que dispõe sobre a reserva de 5% (cinco por cento) de todos os imóveis populares para serem comercializados com policiais civis e militares. Aprovado o parecer do relator, Deputado Arthur Alves Pinto, dando redação final à propositura. Item 3 - PL 232/2000, de autoria do Deputado José Carlos Stangarlini, que torna obrigatória a cobertura de seguro de acidentes pessoais coletivos em eventos artísticos, desportivos, culturais e recreativos. Aprovado o parecer do relator, Deputado Roberto Gouveia, dando redação final à propositura. Item 4 - PL 147/2001, de autoria do Deputado Alberto Turco Loco Hiar, que autoriza o Poder Executivo a

criar a Faculdade de Design de Moda, com sede na Capital, como unidade de ensino do Centro Estadual de Educação Tecnológica "Paula Souza" - Ceeteps. Aprovado o parecer do relator, Deputado Arthur Alves Pinto, dando redação final à propositura. Item 5 - PL 464/98, de autoria da Deputada Maria do Carmo Piunty, que dispõe sobre a criação do Programa da Moradia Indígena - PMI. Aprovado o parecer do relator, Deputado Roberto Gouveia, dando redação final à propositura. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, Deputado Roque Barbieri, declarou encerrados os trabalhos, cuja ata foi lavrada por mim, Saulo de Ávila Martins Pinhão, Agente Técnico Legislativo, que assino após Sua Excelência.....

- Aprovada em reunião de 11/12/2001.
- Deputado ROQUE BARBIERE - Presidente
- Saulo de Ávila Martins Pinhão - Secretário

**ATOS ADMINISTRATIVOS**

**ATOS DA MESA:**

DE: 12/12/2001  
ATO Nº 40/2001:  
A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições, CONSIDERANDO a necessidade de regulamentar a Resolução nº 816, de 31 de outubro de 2001, CONSIDERANDO que as atividades relacionadas nos incisos I, II, III da Resolução correspondem às competências do Diretor Técnico Legislativo do Departamento de Finanças e do Diretor Técnico Legislativo da Divisão de Finanças e Contabilidade previstas no artigo 30 da Resolução nº 776/96 e às atribuições previstas no Ato nº 26/96 para o Serviço Técnico de Tesouraria e Prestação de Contas, Serviço de Folha de Pagamento e Serviço de Apoio Administrativo, CONSIDERANDO que o Departamento de Recursos Humanos delegou ao Serviço de Folha de Pagamento a atribuição prevista no artigo 11 do Ato nº 4/98 de solicitar a aquisição de vales-refeição e promover o seu controle e distribuição, CONSIDERANDO, que os vales-combustível e tickets-pedágio são recebidos e distribuídos pela Divisão de Transportes, CONSIDERANDO, finalmente, que a gratificação "pro labore" é destinada exclusivamente a cobrir eventuais prejuízos ao erário a que os servidores das unidades estão sujeitos por serem diretamente responsáveis pelos atos praticados, em razão do desempenho de seus cargos ou funções, DECIDE:

Artigo 1º - A gratificação "pro labore" a que se refere o artigo 1º da Resolução nº 816/01, que corresponde a 1/3 do vencimento fixado nas Escalas de Classes e Vencimento - Anexos VIII e IX - da Resolução 776/96, será atribuída na seguinte conformidade:

I - Ao Diretor Técnico Legislativo do Departamento de Finanças e ao Diretor Técnico Legislativo da Divisão de Finanças e Contabilidade;

II - Aos servidores lotados nas unidades administrativas abaixo relacionadas e aos seus respectivos diretores de serviços:

- a - Serviço de Folha de Pagamento;
- b - Serviço de Apoio Administrativo aos Deputados;
- c - Serviço de Tesouraria e Prestação de Contas;

III - Ao Diretor Técnico Legislativo da Divisão de Transportes:

a - A servidor lotado na Divisão de Transportes responsável pelo recebimento e distribuição dos vales-combustível e pelos tickets-pedágio, mediante indicação do diretor da unidade.

Artigo 2º - Esta Ata entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

ATO Nº 41/2001:  
Artigo 1º - Para cumprimento pelos titulares das Unidades Administrativas do disposto no artigo 2º da Lei Complementar nº 857/99, o Departamento de Recursos Humanos, até o mês de março de cada ano, enviará às Unidades Administrativas da Assembleia Legislativa planilha contendo a listagem dos servidores que tenham preenchido os requisitos para aquisição de direito a licença-prêmio referente a período aquisitivo com termo final posterior a 31 de dezembro de 1999.

§ 1º - Os servidores deverão requerer a concessão do benefício através de formulários-padrão que conterão a indicação do período ou períodos de fruição do benefício, no prazo de 60 dias a contar do recebimento.

§ 2º - Os servidores cujos nomes não constarem da listagem de que trata o caput deste artigo e que entendam fazer jus ao benefício de licença-prêmio, deverão requerer o benefício da mesma forma.

§ 3º - Os titulares das Unidades Administrativas deverão tomar as providências necessárias para o cumprimento das disposições contidas no § 1º deste artigo.

§ 4º - A licença-prêmio deverá ser usufruída no prazo de 4 (quatro) anos e 9 (nove) meses, a contar do término do período aquisitivo, nos termos do caput do artigo 213 da Lei n.º 10.261/68.

§ 5º - Os períodos de fruição deverão respeitar a conveniência do serviço, condição que deverá ser expressamente consignada no requerimento, mediante manifestação da chefia imediata do requerente.

§ 6º - O Diretor do Departamento de Recursos Humanos, concedida a licença-prêmio, autorizará o gozo do benefício requerido, desde que respeitado o período concessivo de que trata o caput do artigo 213 da Lei 10.261/68.

Artigo 2º - Os servidores que não indicarem o período de gozo, ou que não o fizerem em conformidade com o que determina este ato, terão as datas de fruição de suas licenças-prêmio fixadas pela Administração, ouvidos os superiores imediatos, dentro do período concessivo, devendo, deste ato, o Departamento de Recursos Humanos dar ciência ao servidor.

Artigo 3º - Os períodos de fruição de licença-prêmio não poderão ser alterados em desrespeito aos limites fixados pela Lei Complementar 857/99.

Artigo 4º - Os servidores que, à data de publicação deste ato tenham licença-prêmio concedida, relativa a período aquisitivo vencido em data posterior a 31 de dezembro de 1.999, deverão requerer a fruição do período ou períodos a que façam jus, no prazo de 60 dias a contar da data da publicação deste ato, obedecido o disposto no § 4º do artigo 1º do presente ato.

ATO Nº 42/2001:  
A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO - "ALESP", no uso de suas atribuições, considerando a necessidade de dar nova disciplina à utilização, por terceiros, das diversas dependências do edifício-sede do Poder Legislativo, RESOLVE:

Artigo 1o - A cessão de qualquer dependência do edifício-sede do Poder Legislativo para a realização de reuniões, palestras e outros eventos de cunho político, social, esportivo, artístico ou cultural, por parte de pessoas físicas ou jurídicas dependerá de prévia solicitação das partes interessadas e autorização da Egrégia Mesa.

Artigo 2o - Os pedidos deverão dar entrada no Gabinete da Presidência, endereçados por intermédio de parlamentar e datados com prazo não inferior a dez dias da data marcada para a realização do evento solicitado.

Parágrafo Único - Não serão recebidos ou considerados os pedidos cujas datas não respeitem o prazo mínimo contido no "caput" deste artigo.

Artigo 3º - Na hipótese de aprovação do pedido, será lavrado termo de autorização de uso, a título precaríssimo, cujo conteúdo o parlamentar deverá tomar conhecimento e apor o seu "ciente", conforme modelo de anexo único que integra o presente Ato.

Artigo 4o - Os pedidos para a realização de eventos que impliquem na montagem ou no manuseio de equipamentos